

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

KAREN CRISTINE BAIA GONÇALVES

**O PROJETO PRIORIDADE ABSOLUTA NA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL EM PARANAGUÁ-PR**

MATINHOS

2012

KAREN CRISTINE BAIA GONÇALVES

**O PROJETO PRIORIDADE ABSOLUTA NA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL EM PARANAGUÁ-PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Questão Social pela
Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Rogério Oliveira da Silva

MATINHOS

2012

RESUMO

A presente sistematização busca contextualizar a atuação que o projeto preventivo a violência sexual contra crianças e adolescentes “Prioridade Absoluta” desempenhou na cidade de Paranaguá-PR, tendo como base a discussão de conceitos, questionamentos quanto a procedimentos relacionados ao trato da questão e formas de análise às terminologias utilizadas. Tendo sempre em vista a valorização da informação correta como objeto propagador e minimizador da violência sexual infanto-juvenil, a importância das ações do projeto supracitado vêm ao encontro das necessidades latentes demonstradas a partir do parâmetro atual existente no país, e a forma como o projeto vem tratando a questão torna a discussão quanto a uma possível renovação, um grande fator no que diz respeito à soma de forças com relação a um trabalho que vinha demonstrando resultados, que foi interrompido pela falta de incentivo financeiro, mas que continua realizando ações isoladas a fim de não perder o que foi conquistado, tendo em vista a continuidade das ações preventivas.

Palavras-Chave: Violência Sexual. Prevenção. Informação.

INTRODUÇÃO

O tema “violência sexual infanto-juvenil”, há muito tempo faz parte da minha vida, não pelo fato de ter vivenciado tal situação, mas por essa temática me acompanhar desde a adolescência quando participei de um concurso de redações o qual obtive o primeiro lugar dentre os segundos anos do ensino médio, representando o Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga, no município de Paranaguá-PR. Um pouco mais tarde e um tanto mais madura, recebi a oportunidade de participar de um projeto de extensão universitária que abordava estratégias preventivas à violência sexual, o projeto Prioridade Absoluta, grande contribuição para a confecção de meu trabalho de conclusão do curso de pedagogia e atualmente, objeto deste artigo conclusivo da especialização.

O projeto Prioridade Absoluta fez parte do programa de extensão universitária “Universidade Sem Fronteiras - USF”, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior – SETI, que se dispõem as

fronteiras existentes entre o meio acadêmico e as comunidades paranaenses, sobretudo as mais pobres.

O programa USF divide suas ações em subprogramas que buscam realizar uma interface entre os conhecimentos adquiridos nos bancos universitários e o saber popular das comunidades beneficiadas, a fim de realizar um trabalho conjunto rumo a uma melhoria de vida por meio das estratégias construídas.

Pelo período de 9 de outubro de 2007 até 31 de dezembro de 2010, o projeto Prioridade Absoluta fez parte do grupo dos poucos projetos que tiveram a oportunidade de iniciar e encerrar a primeira fase do USF, que foi regulamentado em novembro de 2010 como política do Estado mediante a Lei Estadual 16643/10 sancionada pelo então governador Orlando Pessuti.

Atualmente, desde dezembro de 2010, o projeto encontra-se em *stand by*, isto é, no aguardo quanto a uma possível renovação, ou outra forma de incentivo, porém o que desperta a discussão é a escassez de iniciativas do gênero.

Violência sexual é um tema a ser discutido com bastante prudência e analisar o que tem sido feito e proposto a respeito exige discernimento, leitura crítica acerca das peculiaridades da questão e flexibilidade para um debate aberto e pertinente.

A partir das ações desenvolvidas pelo projeto, busca-se abrir um leque quanto ao assunto violência sexual, sobre o que tem sido realizado a fim de fazer do projeto não apenas uma em um conjunto de ações isoladas, mas sim, objeto de parceria em uma rede estruturada capaz de encarar a questão em sua totalidade, isto é, considerando a relatividade histórica e mutável do fenômeno.

O que se busca na sistematização deste artigo é estabelecer a ligação entre as ações do projeto Prioridade Absoluta ao contexto geral ligado á temática violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo que seja evidenciada a necessidade quanto a uma análise global do assunto na cidade de Paranaguá-PR.

A VIOLÊNCIA SEXUAL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A violência sexual é um problema de natureza social que atinge crianças e adolescentes de forma que agride a integridade moral e física das mesmas e as coíbe de seguirem seu desenvolvimento normal.

Sendo a violência, expressão da questão social, cabe didaticamente conceituar questão social.

O seguinte trecho destaca que:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos... (IAMAMOTO, 2001, p.16).

A vulnerabilidade inerente à condição da criança e do adolescente faz dos mesmos vítimas de uma expressão da Questão Social, pois os atingidos estão em posição subalterna e são submetidos às desigualdades de poder.

A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes consiste em várias ações, físicas ou não, baseadas na exploração da vulnerabilidade que possuem em se defender por estarem em fase de desenvolvimento. Cabe ressaltar que a violência sexual contra crianças e adolescentes é dividida em abuso sexual e exploração sexual. Neste contexto, especificamente o abuso sexual pode ser entendido como descreve o seguinte trecho:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. (SANDERSON, 2005, p. 17).

O fato de a violência sexual ser um problema de natureza social o caracteriza na dificuldade de definição concisa, pois o mesmo é submetido ao tempo, espaço e aos significados culturais que cada contexto demonstra. O modo de tratar as crianças passou por um ciclo evolutivo até chegar ao que se mostra

atualmente, porém existem culturas que possuem certas tradições onde acontecem práticas que utilizam crianças em práticas sexuais.¹

A violência sexual traz consigo uma série de consequências que variam de acordo com a idade, a forma que ocorre e de onde provém.

As consequências podem ser demonstradas de diferentes formas, sua duração e gravidade variam de acordo com o contexto individual.

As consequências dos abusos sexuais dependem de numerosos fatores que se intrincam. Não podemos falar de trauma infligido á criança sem pensar no contexto no qual ele ocorre, isto é, a situação da criança em sua família e, em segundo lugar, o impacto que o abuso terá após a revelação, as reações do círculo dos conhecidos, as decisões sociais, médicas e judiciárias que intervirão no caso. A idade e a maturidade fisiológica e psicológica da vítima, determinam consequências variáveis. (GABEL, 1997, p. 64).

Com relação à exploração sexual comercial, a mesma pode ser classificada da seguinte forma:

Exploração sexual comercial defini-se como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos a liberdade individuais da população infanto-juvenil. (LEAL, 1998).

Muito se discute acerca da exploração sexual cometida com adolescentes e a falta de informação tende a analisar tal questão de forma rasa e sem fundamentação, pois o fato do (a) adolescente aparentemente ser consciente de seus atos e praticar atos sexuais sem a influência direta de outrem, desencadeia uma série de discussões sobre até que ponto existe a exploração e onde começa o livre arbítrio.

É nesse ponto que cabe a discussão acerca da violência estrutural, tratada por Peres (2002) sobre a seguinte perspectiva:

¹ Mais informações em PRIORE, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento da violência. O modo como esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros, São favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escala da violência em contextos específicos. Recentemente vem sendo dada importância aos fatores culturais e individuais que atuam como determinantes do comportamento violento, tais como atitudes, comportamentos e normas, padrões de relação familiar e de gênero, uso de drogas e álcool, entre outros. (PERES, 2002, p. 54).

A situação de um adolescente de 17 anos vitimizado pela violência sexual deve ser encarada de forma conjuntural, pois o fato do mesmo estar “agindo por vontade consciente” pode estar engendrado a uma série de fatores reafirmados por meio da violência estrutural do contexto e história de vida individual.

Constantemente, é possível ouvir que crianças e adolescentes se prostituem, quando ao certo, são exploradas sexualmente.

A questão voltada à denominação de conceitos, também é um desafio quanto ao rompimento de preconceitos e estabelecimento de metas.

A inadequação relacionada aos conceitos é fator predominante quanto à dificuldade da articulação operacional das políticas públicas e instâncias jurídicas: um exemplo claro pode ser demonstrado no uso das expressões “exploração” e “abuso sexual”.

Não existe nenhum delito no direito penal brasileiro denominado abuso sexual, embora o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) mencione essa expressão como infração ao direito da criança e como justificativa para o afastamento dos agressores da moradia comum, sendo eles pais ou responsáveis. (ANDI, 2003, p.30).

A falta de articulação entre os órgãos responsáveis pela proteção é um fator importante a ser superado para que as ações possam ser efetivadas.

Nas últimas décadas, o Brasil vem se engajando no que diz respeito aos direitos como um todo, principalmente quando o assunto engloba a categoria criança e adolescente.

A atenção especial dada à dignidade humana presente nas novas legislações brasileiras é liderada pela Constituição Federal de 1988 e marca um novo tempo, onde a era de direitos chega ao Brasil a fim de estabelecer uma nova visão se comparada à história anterior do país. Ao que diz respeito à criança e ao

adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em julho de 1990, foi um grande marco no que tange a luta por direitos e proposição quanto aos deveres desse grupo. O artigo 5º prevê que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente se contrapôs a legislação até então vigente, pois destaca a condição peculiar de desenvolvimento o qual se encontram.

Segundo Lemos (2001), o Estatuto da Criança e do Adolescente “ É uma das poucas leis que não se pode atribuir paternidade, pois deita suas origens numa intensa – e até então inédita – mobilização da sociedade civil organizada”.

A aprovação do Estatuto foi um grande passo quanto à criação de medidas que respeitam as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, porém, isso é só o início quanto a quebras de conceitos culturalmente estabelecidos.

Hoje em dia muito se fala sobre a proteção a criança e ao adolescente, e realmente tamanha atenção não aponta precedentes, porém, o que pode ser colocado em questão, é quem de fato está construindo essa nova realidade de proteção?

Infelizmente a realidade não contempla a informação a todos os grupos de pessoas, pois a acessibilidade dessa informação ainda é restrita, por exemplo, poucas pessoas sabem que o país possui um Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, pois o assunto é pouco disseminado nos meios de comunicação e ainda é considerado um tabu, pois interfere na sensibilidade das pessoas, desperta opiniões controversas e a falta de aceitação, muitas vezes é simplesmente representada pelo silêncio.

O Plano Nacional foi aprovado em 12 de julho de 2000 reunindo em Brasília cerca de 2.000 pessoas e foi uma das ações do marco comemorativo aos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os eixos estratégicos envolvem tanto ações paliativas, quanto preventivas e o eixo “prevenção”, é o que mais tem a ver com as ações e objetivos do projeto Prioridade Absoluta. O eixo prevenção prevê: “Assegurar ações preventivas contra

Violência Sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua auto defesa; atuar junto à Frente Parlamentar no sentido da legislação referente à Internet.”(Brasil, 2000).

Em maio de 2.000, foi sancionada a Lei 9.970 que estabeleceu no país o dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual²

Para que exista uma efetiva prevenção, as pessoas precisam se despir de preconceitos, visões errôneas e extremismos causados pela falta de conhecimento.

As crianças têm direito à segurança e a proteção – o que pode ser reforçado com a providência de informações exatas sobre os assuntos relacionados ao ASC e com a separação entre o fato e ficção. Somente esses cuidados permitem aos adultos dissipar mitos e estereótipos que servem para distorcer a realidade do ASC. (SANDERSON, 2005, p. 283).

Ainda com relação às visões indevidas demonstradas e propagadas a partir dessa temática, cabe ressaltar que a difusão da informação deve ser criteriosa, pois não raramente, e infelizmente o cuidado com o trato da questão tido pela mídia explicita uma série de terminologias que tendem a afastar ainda mais o cidadão acerca da discussão crítica.

Os chavões utilizados em algumas matérias jornalísticas trazem consigo uma série de significados, fato que basta para perder totalmente o foco e transformar um meio de esclarecimento em algo que reafirma uma cultura machista, preconceituosa e rotuladora.

No material analisado pela pesquisa O Grito dos inocentes, por vezes os acusados de crimes sexuais são tipificados como “monstro”, “tarado”, “besta”, “pastor do diabo”, “animalesco”, “maníaco”, “psicopata”, “adulto desequilibrado”, “orador de desvio de caráter”. Suspeito ganha o sinônimo de “desocupado”. Na referência às vítimas, algumas expressões usadas explicitam preconceito e machismo: “vestígio de não serem mais virgens”, “donas de antecedentes sexuais”, “felizmente ela ainda é virgem”, “ela se vendeu”. (ANDI, 2003, p. 18).

² O dia Nacional de combate ao Abuso e à Exploração Sexual foi instituído em homenagem à menina Araceli Cabrera Sanches, seqüestrada, torturada e violentada em Vitória-ES, caso de grande repercussão nacional, marcado pela obscuridade e impunidade.

O cuidado deve existir também com relação à forma de como os atos de violência sexual são anunciados. Exposições sensacionalistas, imagens pornográficas, divulgação de detalhes do ato criminoso devem ser evitadas para que não prejudiquem o entendimento do fenômeno.

Um dos melhores locais, senão o melhor, para a realização da propagação da informação correta e do trabalho preventivo é a escola, pois é um ambiente em que as crianças e adolescentes passam grande parte de seu dia e criam vínculos.

A responsabilidade quanto à educação vem sendo progressivamente delegada à escola, fato este, carregado de significado, pois a escola passa a ser muitas vezes tão, ou mais cobrada pela sociedade quanto à família.

Esta nova realidade gerou a necessidade de que a “Orientação Sexual” fosse implantada nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais a fim de que o currículo se tornasse mais dinâmico e pudesse abordar temas voltados à sexualidade como um todo.

A partir de meados dos anos 1980, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação por HIV (vírus da AIDS) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. (BRASIL, 1997, p. 291).

O problema que faz com que a verdadeira necessidade fique no discurso e que impede com que o currículo seja realmente dinamizado a partir de intervenções locais é a falta de preparo dos profissionais da educação para que possam tratar do assunto e proceder corretamente mediante qualquer suspeita ou constatação.

O eixo “Prevenção” do Plano Nacional se percebe bastante debilitado no que diz respeito ao trabalho realizado nas escolas, pois o maior ambiente de disseminação entre os jovens ainda se encontra despreparado para atender a demanda de informação correta.

Para que a educação sexual possa desempenhar seu papel efetivamente, os profissionais da educação devem promover o diálogo que envolva confiança e

preparo com relação ao tema a fim de que a discussão não seja influenciada por preconceitos pessoais.

Segundo Saito (2000, p. 45):

Antes de qualquer coisa torna-se necessário buscar instrumentos que permitam melhor preparar aquele que vai orientar e, dentro desse enfoque, não só os professores de Ciência ou Biologia serão responsáveis pela transmissão de conteúdos, mas a escola como um todo.

É a partir da debilidade e da falta de uma iniciativa consistente com relação à prevenção, que uma das vertentes principais do projeto Prioridade Absoluta consiste em atuar nas escolas, pois seja na escola, ou em qualquer outro ambiente, a informação deve ser bem propagada, pois a violência ocorre nos mais diversos grupos e em todas as camadas da sociedade.

O PROJETO PRIORIDADE ABSOLUTA

O projeto Prioridade Absoluta teve seu início oficial em outubro de 2007, porém sua história começou anos antes desta data.

Segundo a coordenadora e idealizadora do projeto relatou em entrevista oral, Geseli Antunes Guimarães³, professora vinculada a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR e atualmente coordenadora do curso de Pedagogia da mesma instituição em Matinhos – PR, tudo começou há bastante tempo, desde quando a mesma foi presidente da primeira gestão do Conselho Tutelar de Paranaguá no ano de 1993 e coordenou um programa sócio educativo na mesma cidade. Desde essa época, sua preocupação com crianças e adolescentes vítimas da violência sexual já se fazia presente em sua vida, pois a mesma sempre encarou tal problema como uma ferida que necessita de constante atenção.

³Coordenadora do projeto Prioridade Absoluta. Entrevista oral concedida em 29/06/2011.

“Eu tinha um projeto relacionado a esta temática o qual se intitulava “Meninos e Meninas de Rua, eis a Questão”, porém, nunca tive a oportunidade de colocá-lo em prática”, relata Geseli.

Com a oportunidade que o programa Universidade Sem Fronteiras proporcionou, houve uma união entre professores, acadêmicos, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, para que o projeto fosse reformulado e aprovado.

Com a aprovação do projeto, a equipe passou por dificuldades para levar a proposta à comunidade, pois a rede municipal tinha certo receio quanto ao que se propunha o projeto. Com o passar do tempo, o trabalho do projeto passou a ser visto como contribuição, e não como competição.

Esse processo de aceitação durou mais ou menos 6 meses, e depois de vencer essa etapa, o projeto foi aceito, passando a fazer parte da rede municipal de atendimento a criança e ao adolescente, sendo inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, estabelecendo parcerias com a Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar, Agentes de Proteção da Infância e da Juventude, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, Núcleo Regional de Ensino, enfim, com órgãos governamentais ou não que se empenham no cuidado da criança e do adolescente.

As ações do projeto começaram no município de Paranaguá, inicialmente nas escolas de ensino fundamental e médio, logo após houve intervenção no curso de formação de professores (magistério) do Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha, também em Paranaguá e em alguns cursos da FAFIPAR.

As atuações externas foram marcadas pelas manifestações relacionadas ao Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conferências ligadas ao tema, palestra na Ilha de Piaçaguera, palestras e outras abordagens na Ilha do Mel, panfletagens no terminal urbano de Paranaguá, na rodovia que liga as praias do litoral do Paraná, ação esta em parceria com a Polícia Rodoviária Estadual, palestras nos Municípios de Matinhos na Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva, participação na Feira de Profissões da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, UFPR-Litoral, em Pontal do Paraná

em parceria com o Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR e panfletagens no Ponto de Embarque para a Ilha do Mel.

Com relação á Ilha do Mel, cabe ressaltar a reportagem veiculada impressa e eletronicamente pelo Jornal Gazeta do Povo por König 2011 que: “caracteriza a Ilha do Mel segundo suas peculiaridades, seu número de moradores fixos, fluxo de turistas e os agravantes relacionados á violência sexual.”

Na mesma reportagem citada acima, a pedagoga do projeto Christiani Vidal Silva relata que, “as vítimas são meninas ingênuas, de famílias simples, sem perspectiva de futuro, e se deixam seduzir pelas promessas de quem diz que vai tirá-las da Ilha”.

O trabalho na Ilha era realizado durante a Operação Verão, visto que é o período em que há maior circulação de pessoas. Segundo Geseli ainda na citada reportagem, a equipe orientava, sobretudo comerciantes e moradores do local.

O Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) tem atendido, em média, 45 casos por ano de exploração sexual de crianças e adolescentes em Paranaguá, pois segundo o Conselho Tutelar, muitos casos ficam omissos por muito tempo ou nem são descobertos. Partindo deste pressuposto, percebe-se que o número de casos que chegam ás instituições de atendimento se trata apenas de uma parcela do que realmente acontece, pois a abordagem quanto à realidade do número de casos, ainda é um desafio existente no que diz respeito às estatísticas oficiais, pois a complexidade que envolve o assunto enreda uma trama de mistério e demanda de um grande esforço das esferas local, nacional e internacional, a notificação é um dos fatores-chave e ainda considerada pouca.⁴

Ao abordar o tema “violência sexual”, o projeto Prioridade Absoluta se deparou com um assunto complexo, pois é reforçado pelo silêncio submerso na inconsciência cômoda dos homens e mulheres, que dificilmente estão abertos a uma discussão que vise explanar e compreender suas características, formas, causas e

⁴ A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI, 2003) destaca acerca da baixa notificação de casos: “Esses delitos estão entre os menos notificados e registrados no mundo. Segundo o UNICEF, cerca de um milhão de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual em todo o globo anualmente”

consequências. Deste pressuposto partiu toda a preparação da equipe, pesquisa e elaboração de material diferenciado para cada faixa etária, respeitando as peculiaridades de cada grupo.

O teatro de fantoches era o recurso utilizado para 1ª e 2ª séries, enquanto as histórias animadas em slides tinham como alvo 3ª e 4ª séries.

A preocupação da equipe consistia em atender as necessidades dos variados grupos que iriam ser contemplados, respeitando a linguagem pertinente a cada um deles.

A ideia do teatro de fantoches surgiu da necessidade de uma linguagem lúdica que pudesse discutir o assunto violência sexual de forma leve, mas que pudesse levar a mensagem principal do projeto.

O texto foi elaborado pelos integrantes do projeto e consistia na história de um menino que estava a caminho da escola quando foi interpelado por um senhor, sempre muito “bonzinho” a fim de acompanhá-lo. No decorrer da história, o senhor demonstra suas verdadeiras intenções.



Atividade realizada no Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual 18/05/2009, terminal urbano de Paranaíba.

A palestra realizada com 3ª e 4ª séries também foi criada pelos integrantes do projeto e discutia acerca das diferenças entre meninos e meninas, dos cuidados do corpo ligados à higiene e preservação da intimidade. A história, intitulada “Luizinho, o garoto esperto!”, foi criada e ilustrada por uma bolsista de graduação.



Trecho da história: “Luizinho, o garoto esperto!”

Os alunos das séries finais do ensino fundamental estavam na transição entre os alunos do ensino médio no que diz respeito à complexidade e carga teórica da questão, isto é, a abordagem dos conceitos de forma mais direta.

A palestra para os professores estava diretamente ligada à discussão dos direitos de crianças e adolescentes, as formas de abordagem mediante suspeita de abuso, indicadores de comportamento e superação de preconceitos ligados à falta de entendimento relacionado à violência sexual.

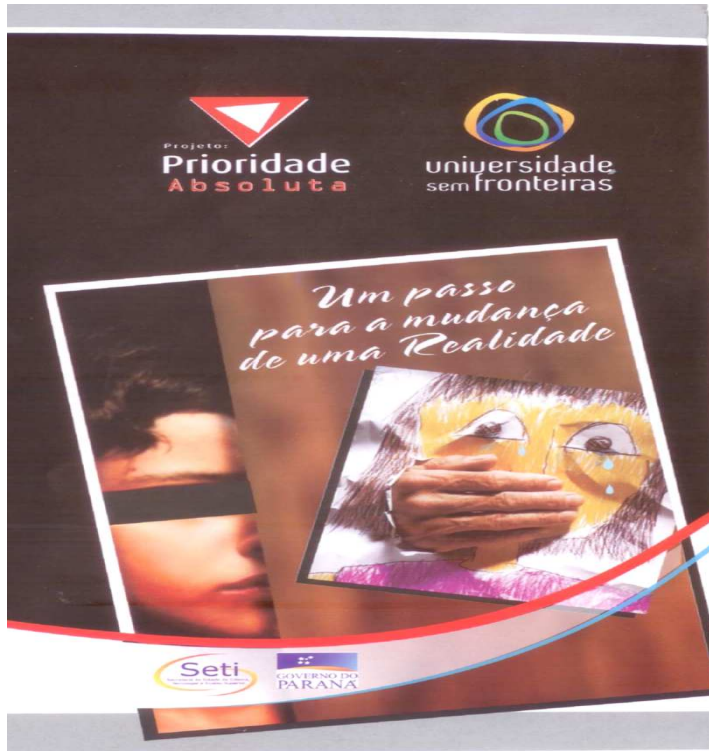
Com os pais, o trabalho era mais delicado, pois os mesmos se demonstravam incomodados em ouvir abertamente assuntos ligados a sexo e sexualidade. Perante tal situação, o projeto buscava atingir o alvo a partir de um misto de explicações, roda de conversa e dinâmicas de grupo a fim de promover maior interação.



Francislina Falavine do Rosário Flor, bolsista de graduação de pedagogia em palestra aos pais – Ilha de Piaçaguera – Paranaguá-PR, 23/09/2008.

Com relação à abordagem utilizada, a equipe se uniu para a elaboração do mesmo e sob a supervisão das professoras orientadoras, foi criado o material próprio do projeto, representados pelas palestras, textos para o teatro infantil e os materiais de divulgação para a panfletagem.

Com relação às imagens, as mesmas foram todas retiradas da internet, no decorrer do tempo e das atividades, a equipe soube que a tarja preta nos olhos das crianças em materiais de divulgação não estava mais sendo utilizada, no entanto muito material já havia sido impresso, porém posteriormente, nas palestras e outras intervenções esse conceito foi revisto.



Folder do projeto.



Material de divulgação do projeto.

Inicialmente, quando o projeto se empenhou em criar seus dispositivos de abordagem e divulgação, encontrou algumas dificuldades, mas a união das estagiárias e da coordenação fez com que o material pudesse ser elaborado.

Com o *slogan* “Um passo para a mudança de uma realidade”, o projeto passou a efetivamente existir na busca quanto à “verdadeira” construção de uma realidade diferente, começando a desempenhar ações em Paranaguá e cidades do Litoral estabelecendo parcerias e abrangendo suas atividades.

O PROJETO PRIORIDADE ABSOLUTA ENQUANTO EXPERIÊNCIA PARA SEUS PARTICIPANTES

O projeto Prioridade Absoluta tinha a sua equipe dividida em: 1 coordenadora, 2 professoras orientadoras, 2 bolsistas profissionais recém-formadas e 5 bolsistas estudantes de graduação⁵.

As bolsistas de graduação na primeira formação eram estudantes do curso de pedagogia e as primeiras profissionais recém-formadas eram respectivamente assistente social e psicóloga que conduziam o grupo com as duas orientadoras, tendo em vista a área de estudo de cada uma perante a atuação do projeto.

Em seus 3 anos de atuação, o projeto Prioridade Absoluta contou com a participação de vários integrantes em sua equipe. Acho interessante comentar acerca de duas bolsistas, Christiani Vidal Silva que passou de bolsista de graduação à profissional recém-formada e conforme relatei no início da sistematização, a minha participação.

Christiani Vidal Silva entrou no projeto no 3º ano do curso de pedagogia como bolsista de graduação, se formou em 2008 e passou a ser uma das profissionais recém formadas do projeto, sendo integrante do mesmo até sua fase final.

Em entrevista oral, Christiani Vidal da Silva⁶ relata que soube do projeto por meio de comentários de professores da instituição, onde se interessou em fazer o teste seletivo e foi uma das selecionadas.

Da mesma forma que a coordenadora Geseli Antunes Guimarães, Christiani destaca as dificuldades encontradas no início da trajetória do projeto, a mudança de foco e a então aceitação por parte da rede municipal de proteção.

⁵ Os nomes dos ex-participantes do projeto citados no decorrer do trabalho bem como as entrevistas concedidas estão em plena conformidade no que diz respeito à autorização de sua utilização.

⁶ Ex-integrante do projeto Prioridade Absoluta. Entrevista oral concedida em 09/02/2012.

Em 2008, Christiani se formou em pedagogia e passou a fazer parte do projeto como profissional recém formada. A mesma relata que o projeto lhe abriu muitas portas, porque foi através dele que conheceu o trabalho dos Agentes de Proteção da Vara da Infância e da Juventude, o antigo juizado de menores, foi convidada a fazer um teste seletivo para fazer parte do quadro dos agentes de proteção, fez o teste, foi aprovada, e é agente de proteção. Atualmente está afastada devido ao cargo que ocupa, é conselheira tutelar do município de Paranaguá pertencente à gestão 2011/20014.

“Hoje posso dizer que tudo começou no projeto Prioridade Absoluta, eu estava cursando pedagogia, fiz estágio em escolas, não me identifiquei, mas a partir do projeto me encontrei na área social e desde 2007 tenho feito disso a minha causa.”, relata Christiani.

Para Christiani, o grande problema da rede é a falta de investimento na prevenção, pois existe um trabalho apenas quando o direito da criança já está violado. A prevenção tem um papel muito importante, porque tudo que se previne desencadeia uma demanda bem menor. Tudo é muito mais difícil quando os direitos já foram violados.

A população ainda é muito carente de orientações, o trabalho que o projeto desenvolvia, era voltado para toda a comunidade e era repassado de forma que buscava atender as particularidades de cada grupo de pessoas as quais era direcionado (pais, professores e crianças).

Hoje, Christiani relata certa tristeza pelo fato do projeto não receber o valor que merece e tem a esperança que o mesmo tenha uma nova chance para continuar desenvolvendo seu trabalho.

No meu caso, entrei no projeto aos 19 anos, quando cursava o 2º ano do curso de pedagogia na FAFIPAR. Quando soube da seleção do projeto fiquei bastante interessada, e mesmo com um tanto de receio pelo fato de conhecer pouco sobre o assunto, me candidatei e tive a chance de ser uma das selecionadas.

Foi a partir da oportunidade que o projeto me proporcionou que pude conhecer sobre tema e me aproximar de leituras acerca do mesmo, motivação esta que despertou a vontade de fazer o meu Trabalho de Conclusão de Curso da

graduação com o seguinte tema “A Propagação da Informação do Combate à Violência Sexual Infantojuvenil”.

Foi no projeto Prioridade Absoluta também que tive o meu primeiro contato com uma assistente social e seu trabalho, onde me interessei a prestar vestibular para o curso de Serviço Social na UFPR-Litoral, o qual estou no 6º semestre.

A minha passagem pelo projeto se deu de outubro de 2007 à dezembro de 2009, foram 2 anos de muita aprendizagem, algo que me motivou a escrever a presente sistematização a fim de agradecer a oportunidade que recebi, bem como de ressaltar a importância da continuidade do projeto tanto para o município de Paranaguá, quanto para os outros municípios do Litoral do Paraná.

O PROJETO PRIORIDADE ABSOLUTA ENQUANTO PERSPECTIVA DE CONTINUIDADE

Desde o início de suas atividades, os integrantes do projeto Prioridade Absoluta já sabiam que suas atividades eram mediadas financeiramente por um período pré-determinado, porém com o decorrer dos acontecimentos, o trabalho foi tomando proporção e a equipe tinha a esperança de que o programa o qual o projeto estava inserido renovasse o mesmo até que outro tipo de incentivo estivesse estabelecido, porém não foi o que aconteceu, o projeto teve seu fim e hoje se encontra “a deriva”, como relata à coordenadora Geseli Guimarães.

Muito se perde em situações como esta onde ocorrem iniciativas interessantes, que contribuem, direta ou indiretamente na vida das pessoas, mas que são interrompidas por motivos de “força maior”.

Pelo fato da cidade de Paranaguá ser portuária, a incidência de situações ligadas à exploração tende a ser maior e o Secretário de Assistência Social de Paranaguá Joaquim Guilherme da Silva Filho relata ao site da Agência Estadual de Notícias essa problemática, bem como a importância da parceria, prefeitura e projeto:

O Universidade Sem Fronteiras contribui em muito com o trabalho da Secretaria, que também é parceira no projeto. “Desenvolvemos muitas atividades contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

em conjunto com o projeto do Universidade Sem Fronteiras. Em Paranaguá, esse é um problema muito sério, pois é uma cidade portuária, com grande fluxo de pessoas de outras regiões do estado. Esse é um trabalho para sensibilizar a população, mostrando os telefones e o local para realizar as denúncias. O projeto está de parabéns. É possível perceber o aumento no número de denúncias feitas após ações como essa” (AENPR, 2010).

A coordenadora relata que a proposta do projeto foi levada a superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, a Feira do Selo Social em Paranaguá, foi apresentada a algumas empresas, porém não se obteve nenhuma resposta positiva. Atualmente, a FAFIPAR colabora com o que pode, principalmente com relação ao deslocamento até o local da atuação.

A coordenadora relata que hoje, a equipe se restringe a ela e ao trabalho voluntário prestado por ex-integrantes do projeto e parceiros do mesmo, a fim de que o ritmo não seja perdido até que surja outra oportunidade quanto a uma nova tentativa seja construída.

Com a retomada do projeto, Geseli pretende sair das palestras isoladas desempenhadas atualmente a um trabalho de base, onde outros subprojetos possam ser desenvolvidos dentro do núcleo Prioridade Absoluta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi estabelecido ao início deste estudo, é possível constatar que o Brasil avançou significativamente no que tange à preservação das crianças e adolescentes, no reconhecimento dos mesmos como sujeitos de direitos e na luta contra a violência sexual, porém o caminho é árduo, as dificuldades quanto às quebras de tabus preestabelecidos culturalmente são grandes e os desafios são maiores ainda.

As iniciativas ensaiam suas primeiras intervenções timidamente e com certa dificuldade pelo fato de ser um assunto antigo quanto à ocorrência, porém, novo no que diz respeito à discussão aberta.

Os setores responsáveis do poder público como um todo devem se empenhar em um trabalho conjunto que vise tratar a questão, contemplando a

mesma a partir da intersectorialidade, sobretudo os setores de educação, saúde e comunicação devem tomar a frente da situação e conduzir as discussões.

Com relação ao trabalho realizado pelo projeto Prioridade Absoluta, a presente sistematização se dispôs a descrever suas atividades tal como aconteciam e também sob a minha visão de ex-integrante do projeto, atual professora da rede municipal de ensino de Paranaguá e futura assistente social, a fim de ser mais uma iniciativa na busca pela retomada nas atividades, escancarando o alerta sobre a necessidade indiscutível quanto à valorização nas iniciativas preventivas e minimizadoras de incidências de direitos já violados.

Os objetivos do artigo não se encerram no término de sua redação, os mesmos simplesmente se solidificam, pois como já mencionado no slogan do projeto, “Um passo para a mudança de uma realidade”, não é algo simples a se conseguir, mas só poderá se efetivar quando a primeira iniciativa de mudança for disposta.

REFERÊNCIAS

Agência de Notícias dos Direitos da Infância – (ANDI). **O Grito dos Inocentes: Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

Agência de Notícias Estado do Paraná – (AEPR). Estudantes orientam contra abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=53603&tit=Estudantes-orientam-contra-abuso-e-exploracao-sexual-infanto-juvenil>>. Acesso em 15 fev. 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei Ordinária n. 9.970, de 17 de maio de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 17 mai.2000.

BRASIL, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília:3 ed. 2002. 59. p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Orientação Sexual** Brasília: MEC/SEF, 1997.

GABEL, M. **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. Tradução de : Sônia Goldfeder. São Paulo:Summus, 1997.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis/ ABEPSS**, Brasília, n. 3, p. 9-32, 2001.

LEAL, M. L. **Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e de Adolescentes na América Latina e Caribe**. Relatório Final, Brasil. Brasília/DF:Gráfica Valci Editora Ltda., 1999. v. 01. 190 p.

LEMOS, C. O. **Mudanças Geradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Onze Anos Depois de sua Aprovação**. Brasília : Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2001. 17 p.

KÖNIG, M. **Quando a Lenda Vira Realidade na Ilha do Mel**. Gazeta do Povo, 12 jul. 2011.

PARANÁ, Lei Estadual n. 16. 643 de 24 de novembro de 2010. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba n. 83.52, 29 de nov. 2010.

PERES, M. F. T. Prevenção e Controle: Oposição ou Complementaridade para a Redução da Violência? In: **Revista Ciência e Cultura**. Sociedade brasileira para o progresso da ciência. Ano 54 nº 1. Jul/ago/set 2002. P. 54-55.

PRIORE, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. **Educação Sexual nas Escolas**. *Pediatria*, São Paulo, V. 22, n.1, p. 44-48, 2000.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças. Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças de Abusos Sexuais e Pedofilia**. São Paulo: M. Books, 2005.